

O ECOSSISTEMA LINGUÍSTICO CATALÃO E OS DISCURSOS CONTRÁRIOS À REVITALIZAÇÃO

THE CATALAN LINGUISTIC ECOSYSTEM AND THE DISCOURSES AGAINST REVITALIZATION

Pere Comellas-Casanova*

RESUMO

A revitalização de uma língua minorizada no quadro de Estados de tradição e vocação unitarista provoca discursos reativos contrários. É o caso da Espanha e as línguas que, nas últimas décadas, iniciaram um processo revitalizador, como o catalão. O texto pretende apresentar algumas das principais linhas discursivas contrárias à revitalização e mostrar que, com frequência, são ideologias diversóforas, isto é, que consideram a diversidade linguística como um problema, e também hierarquizadoras, no sentido de que afirmam a superioridade de certas línguas. Uma perspectiva ecolinguística situa-se no polo contrário: é diversófila e igualitarista.

Palavras-chave: Revitalização. Catalão. Ideologias linguísticas. Preconceitos linguísticos. Ecolinguística.

ABSTRACT

The revitalization of a minority language in the framework of states with a strong tradition of monolingualism policies makes opposing reactionary discourses emerge. This is the case of Spain and the languages that in recent decades have begun a revitalizing process, such as Catalan. The goal of this paper is to describe some of the main discursive frames contrary to the revitalization. It tries to show that they are often diversophobic ideologies, that is, that consider linguistic diversity as a problem, and also hierarchical, in the sense that they affirm the superiority of certain languages. An ecolinguistic perspective is located on the opposite pole: it claims linguistic diversity and the equality of all languages.

Keywords: Revitalization. Catalan language. Linguistic ideologies. Linguistic prejudices. Ecolinguistics.

* Grup d'Estudi de Llengües Amenaçades. Universitat de Barcelona.

1 INTRODUÇÃO

Em 1991, o linguista Joshua Fishman incluiu o catalão nos exemplos de revitalização linguística bem-sucedida (FISHMAN, 1991). Depois dele, vários estudiosos coincidiram nessa avaliação. Mollà (2006, p. 393), por exemplo, afirma que:

Tots els especialistes que estudien el cas català coincideixen a assenyalar que és un dels casos més reeixits de normalització lingüística, és a dir, de capgirament del procés de substitució lingüística, i situen Catalunya en l'estadi 1 de l'escala de Fishman —el més positiu per a la llengua amenaçada.

É verdade que essa revitalização apresenta uma enorme heterogeneidade segundo o território estudado. A maior parte do domínio linguístico catalão faz parte do território do Estado espanhol. Abrange também a maior parte do departamento dos Pirenéus Orientais, na França, e ainda a cidade de Alghero (Alguer, em catalão), na Sardenha. O estatuto do catalão varia muito não só segundo o Estado a que pertence o território concreto (a Espanha, a França ou a Itália, com legislações linguísticas bem diferentes), como também no próprio Estado espanhol, por dois fatores: em primeiro lugar, pelo *corpus* legislativo regional e, em segundo lugar, pela aplicação das políticas linguísticas concretas. Assim, o catalão é língua cooficial junto com o espanhol nas comunidades autônomas espanholas da Catalunha,¹ as Ilhas Baleares e a Comunidade Valenciana (onde é denominado “valenciano”), mas só tem algum reconhecimento, sem estatuto de oficialidade, na comunidade autônoma do Aragão. No entanto, as políticas linguísticas na Catalunha e na Comunidade Valenciana, por exemplo, diferiram muito nas últimas décadas.

Essa heterogeneidade de situações faz com que vários autores limitem esse sucesso de revitalização à Catalunha. Para Juarros-Daussà e Lanz (2009, p. 1), por exemplo, “The autonomous region of Catalonia is seen by many today as one of the most successful examples of language policy application over the past three decades”. Mais explicitamente, Strubell (2001, p. 271) coloca:

There seems to be no reason for placing Catalan in Catalonia anywhere other than at Stage 1. However, in the Balearic Islands and Valencia, where well over a third of Catalan-speakers live, the Intergenerational transmission of Catalan foreseen at Stage 6 and above is certainly not guaranteed at present in urban areas.

Contudo, para além dos dados estatísticos, das comparações favoráveis (infelizmente, a maior parte das línguas minorizadas no mundo apresenta situação bem pior do que o catalão) ou das qualificações dos especialistas, com frequência, os falantes, mesmo na Catalunha, dão a impressão de que sua língua não saiu da zona de perigo. Apesar dos esforços feitos, não parece que o catalão tenha garantido seu futuro a longo prazo. O espanhol é hoje uma língua onnipresente nos territórios catalanofalantes da Espanha. No caso da França, a situação é muito pior, visto que o catalão tem uma presença pública insignificante e, no último século, tornou-se uma língua bem minoritária: uma parte muito importante dos seus falantes quebrou a transmissão em favor do francês.

¹ A Catalunha tem também uma terceira língua oficial, o aranês, denominação local do languedociano, e o reconhecimento legal da língua de sinais catalã (LSC).

Evidentemente, sempre houve vozes contrárias aos processos de revitalização das línguas minorizadas. A ideologia do Estado-nação jacobino, segundo a qual toda nação política deve ser homogênea cultural e linguisticamente, é dominante tanto na Espanha quanto na França (um dos seus berços mais importantes), particularmente entre as elites. No entanto, nas últimas décadas, surgiram no mundo múltiplas vozes que põem em causa os valores da homogeneidade em favor de uma perspectiva favorável à diversidade. Nos mais diversos campos – muito especialmente na ecologia –, ficou evidente que a diversidade não só é inevitável e inerente aos sistemas vivos e sociais, como também é uma condição importante da sua estabilidade e sobrevivência. Pode-se até dizer que surgiu a “moda da diversidade” (felizmente, diria eu, mesmo sendo, por vezes, muito superficial), de modo que questões como as distintas orientações políticas, sexuais, linguísticas etc., que foram com frequência vistas como ameaças à coesão, passaram a considerar-se sintomas de saúde democrática da sociedade e até fatores de riqueza.

Apesar da “moda”, porém, a mentalidade homogenista permanece, sem dúvida. No que diz respeito às línguas, tópico do nosso interesse, com muita força. Diria que a ideologia de “um Estado-uma língua” continua a ser hoje hegemônica no mundo, pelo menos na imensa maioria dos Estados consolidados, da China à Rússia, do Brasil à Espanha. Casos como a Suíça são bem excepcionais. A pretensão deste trabalho é tentar sistematizar os eixos fundamentais do *corpus* ideológico contrário à revitalização do catalão, que revelam traços evidentes da ideologia do Estado-nação centralizado e culturalmente homogêneo.

2 SÓ UM POUCO DE HISTÓRIA

No século XII, o que hoje é uma parte da Catalunha consistia em vários condados dependentes do reino franco que faziam fronteira entre o mundo islâmico e o cristão, ao norte e ao sul dos Pirenéus. Depois que esses territórios se independentizaram de fato do reino franco e depois da união com o reino de Aragão, começou uma expansão que chegou a dominar um largo território, que incluiu a Sardenha, a Sicília e o reino de Nápoles para o leste e o que passou a ser o reino de Valência e as Ilhas Baleares para o sul.

O reino de Aragão, inicialmente, usava o latim como língua administrativa e depois passou a usar o catalão e o aragonês. Infelizmente, o aragonês foi aos poucos substituído pelo castelhano (ou espanhol: na tradição ibérica, usa-se a denominação “castelhano”, embora na maior parte do mundo seja espanhol), e seu território histórico foi-se reduzindo até ficar enquadrado só nos vales pirenaicos do Aragão. Hoje só alguns milhares de pessoas o falam. O catalão, pelo contrário, continuou a ser a língua popular apesar das mudanças políticas e da hegemonia crescente do castelhano na administração, primeiro com a união de reinos (1492) e depois com a Espanha como Estado unitário e centralizado (1714).

O modelo linguístico adotado por essa unificação é o já citado “um Estado, uma língua”. No caso, desde os inícios do projeto de construção do Estado-nação espanhol, tratava-se de dar ao castelhano a hegemonia, o que significava, de um lado, substituir o latim em determinados usos documentais (particularmente na justiça, área em que ainda tinha certo papel) e, de outro, impedir às línguas diferentes do castelhano o acesso, primeiro, à administração política (particularmente a justiça), depois, aos usos prestigiados e, finalmente, a toda a cena pública. Essa ideologia, que com frequência é atribuída ao jacobinismo republicano da Revolução Francesa, parece ter, no entanto, uma tradição muito mais antiga. Temos disso alguns testemunhos. Já em 1492, na primeira gramática do castelhano (NEBRIJA, 1492), aparece a ideia de, nas possessões da monarquia, situar o espanhol no lugar que supostamente ocupou o latim no Império Romano:

Una cosa hallo y saco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio: y de tal manera lo siguió: que junta mente començaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos.

Existe, portanto, um projeto linguístico de tornar hegemônica a língua imperial. O projeto imperial da monarquia hispânica, nesse momento, é fundamentalmente ibérico: no mesmo ano da publicação da gramática, cai o reino de Granada. Contudo, esse projeto será aplicado com rigor nas possessões americanas.

Não muito depois, em 1539, o rei Francisco I da França dita a *Ordonnance du Villers-Cotterêts*, na qual se obriga a redigir qualquer documento relacionado com a justiça em francês: “Tous arrêts et autres actes de justice seront prononcés et expediés en françois”. É claro que, nessa altura, a ordem visa a substituir o latim, mas também estabelecer especificamente o francês como a língua do Estado, acima de outras variedades linguísticas (algumas, como o occitano literário, com uma tradição escrita mais do que consolidada). A ideologia de “um Estado, uma língua” já faz parte, portanto, das monarquias europeias do século XVI. Um exemplo que seguirão outros reinos, como Portugal com respeito às suas possessões na América, como põe em evidência o famoso *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, do Marquês de Pombal, de 1757 (FARACO, 2016, p. 98-99). Aqui fica explícito que não se trata de substituir o latim, mas as línguas dos súbditos:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe. Observando, pois, todas as nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrário que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua que chamaram geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservaram. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respetivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os meninos, as meninas que pertencerem às escolas, e todas aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa na forma que sua majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual e temporal do estado.

Entretanto, que acontecia com o catalão? A monarquia tinha unificado sob seu domínio todos os territórios da Península Ibérica, com exceção de Portugal, que tinha recuperado a independência em 1640. Mas as línguas e até a legislação diferenciada nos antigos reinos mantinham-se. No entanto, o projeto de imposição linguística seguia vigente e ganhava força enquanto ideologia.² Em 1712, por exemplo, o rei Filipe V dita a “Instrucción secreta de algunas cosas que deben tener presente los Corregidores del principado de Cataluña por el ejercicio de sus empleos”. A instrução sexta diz:

² Para uma história das medidas impositivas do espanhol, veja Ferrer i Gironès (1985).

Pondrá el mayor cuidado en introducir la lengua castellana, a cuyo fin dará las providencias mas templadas y disimuladas para que se consiga el efecto, sin que se note el cuidado.

A monarquia tem consciência da oposição e da resistência que medidas abertamente castelhanizadoras iriam suscitar entre a população, pelo que recomenda introduzir a língua com cautela.

Finalmente, nesta breve sequência, em 1792, na França revolucionária, a Convenção encomenda a Henri Grégoire, o abade Grégoire, um relatório sobre as línguas da república. Grégoire é explícito já no título quanto ao projeto que propõe e quanto à ideologia que existe por trás dele: “Rapport sur la nécessité et les moyens d’anéantir les patois et d’universaliser l’usage de la langue française”. A repressão linguística e a imposição de uma só “língua nacional” ganham forma “republicana”, nacionalista moderna.

Pelo que diz respeito à fala popular, o sucesso das medidas legislativas contra as línguas na Espanha, até o século XX, foi relativo.³ É claro que o espanhol tornou-se logo hegemônico nos usos mais formais e que o catalão desapareceu da esfera política. Também é verdade que as classes mais altas e as mais próximas dos empregos públicos adotaram o espanhol. Porém, as classes populares (incluindo o baixo clero, profissionais, comerciantes etc.) continuaram a usar sempre o catalão. Até pelo menos meados do século XX, uma parte importante das classes populares do campo mal falam espanhol, apesar de terem sido alfabetizadas (pouco) só nessa língua, a qual, no entanto, compreendiam, sobretudo graças à mídia, nomeadamente a televisão.

O século XX marca um ponto de inflexão: aos já velhos instrumentos legislativos, executivos e judiciais, com impacto nos espaços formais e do poder, mas pouco efetivos na fala popular, somam-se novos instrumentos: a escolarização massiva, a rádio, a imprensa, a televisão, o cinema, o incremento da capacidade do Estado de espalhar sua propaganda... Esses e outros recursos vão provocar uma perda de diversidade linguística muito considerável na Europa. Línguas como o provençal ou occitano, com milhões de falantes, sofrem um processo de substituição linguística que as deixa territorialmente fragmentadas e socialmente minoritárias. O catalão, por exemplo, na parte da França onde se fala historicamente, sofre uma erosão vertiginosa no seu uso popular depois da Segunda Guerra Mundial. Testemunhas como o professor Alà Baylac, da Universidade de Perpignan, situam esse momento como determinante na decisão das pessoas de abandonarem o catalão nessa zona e virarem falantes monolíngues francófonos.

No caso da Espanha, as políticas linguísticas do Estado foram na mesma direção que as francesas, isto é, de considerar a língua francesa um elemento fundamental da cidadania francesa e encarar o resto de línguas históricas do território como uma ameaça. No entanto, seja porque chocaram com uma maior resistência organizada por parte das comunidades linguísticas, seja porque o Estado não soube gerir o assunto como o fez a França, os resultados foram bastante distintos, de modo que pelo menos o galego, o basco e o catalão sobreviveram com alguma vitalidade e continuaram sendo fatores identitários de grande importância. No caso catalão, entretanto, é preciso dizer que sucessivas vagas de migrantes maioritariamente hispanofalantes instalaram-se a partir dos anos vinte e, nomeadamente, dos anos sessenta do século XX em território linguístico catalanófono. Por isso, às políticas linguísticas glotófagas, foi preciso acrescentar a pressão migratória. Dessa forma, o espanhol penetrou nos usos mais populares em todos os territórios, embora com distinta intensidade segundo a componente demográfica. Depois da ditadura

³ Como o foram as portuguesas contra a língua geral no Brasil; vejam Farraco (2016) a respeito.

do general Francisco Franco (1939-1975), houve um movimento profundo de reivindicação do catalão, nomeadamente na Catalunha, mas também no País Valencià e no arquipélago Balear. Então, iniciou-se uma operação de revitalização baseada sobretudo em dois campos: o legislativo e o ensino. Essa revitalização logo encontrou resistência, e nosso intuito é ver algumas das linhas discursivas dessa resistência.

3 OS EIXOS IDEOLÓGICOS DAS POSIÇÕES CONTRA A REVITALIZAÇÃO

As ideias que vou apresentar, e seus quadros discursivos, não interessam unicamente ao caso catalão. Pelo contrário, são de fato muito comuns em outras situações nas quais também temos um ecossistema linguístico que não se ajusta a um projeto imperialista ou nacionalista, isto é, à construção de um Estado linguística e culturalmente homogêneo. Esse é, na minha opinião, o seu maior interesse.

Os eixos discursivos que vou mostrar brevemente são:

1. O naturalismo sociolinguístico
2. O a-historicismo
3. O negacionismo
4. O vitimismo
5. O individualismo
6. O racionalismo instrumentalista
7. A hierarquização

3.1 O NATURALISMO SOCIOLINGUÍSTICO

O naturalismo linguístico considera que existem formas corretas por natureza, à margem de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais:

Each of these two ideological frameworks takes a linguistic form to be rightfully authoritative because it is the natural, unmediated expression of a state of social life in the world, rather than the outcome of human will, effort, intervention, and artifice. Such naturalism is opposed to recognition of the agency of speaking subjects, and to a historicized image of language as constructed by human action (WOOLARD, 2016, p. 30-31).

Da mesma forma, o naturalismo sociolinguístico afirma que as línguas ganham falantes ou os perdem, tornam-se dominantes ou desaparecem, de forma espontânea, por uma dinâmica natural. O naturalismo é omnipresente nas ideologias linguísticas tanto expansivas quanto defensivas. Podemos achá-lo – como explica o sociolinguista galego Henrique Monteagudo – na chamada “conjetura da eternidade”, isto é, a ideia de que línguas como o occitano ou o galego, mesmo que minorizadas e perseguidas, sempre existirão, como se fizessem parte da paisagem, da natureza. Ou, segundo Woolard, na procura de uma modelo linguístico autêntico, “natural”, não manipulado pela planificação, próximo da terra, como acontece em inúmeras comunidades ameaçadas.

A versão naturalista do expansionismo espanhol adota traços neoliberais. A ideia é que as línguas não se impõem de forma artificial, planificada, mas simplesmente pelo próprio interesse dos falantes, os quais, individualmente, decidem abandonar línguas que constituem uma carga, um lastre, em favor de outras línguas que oferecem vantagens muito superiores:

La extensión de lenguas como el italiano, el alemán o el francés, en épocas pasadas, corre pareja a la que actualmente se sigue para el gallego, el catalán y el vasco: es una instancia gubernamental quien planifica, diseña y financia su conocimiento, ligándolo a un sentimiento nacional. Del castellano, empero, puede decirse justo lo contrario: extendió sus usos a pesar de la política, precisamente porque nació como lengua franca, de entendimiento, entre gentes de diversos orígenes y hablas, y porque su uso y su conocimiento no obligaban a nadie a abandonar otros hábitos lingüísticos en los que sintiera explayarse más cómodamente su identidad (LOZANO, 2005, p. 98-99).

Isto é, diferente de outras línguas, o espanhol expandiu-se ao longo da história de forma espontânea, sem intervenção nem vontade de nenhum grupo social. O carácter de língua franca do castelhano, desde as origens, é um dos mitos básicos do naturalismo. Esse carácter explicaria sua expansão e a hegemonia que conseguiu – inicialmente numa posição parecida: variedades do latim vulgar mais ou menos padronizadas –, e não as políticas agressivas de um projeto de Estado-nação castelhanista:

El castellano ha ejercido, casi desde sus propios orígenes, la función de lengua franca entre los idiomas peninsulares. Por ello y no por otras razones (persecuciones seculares, decretos de Nueva Planta, dictaduras varias, etc.) es hoy la única lengua conocida y usada por todos los españoles (PERICAY, 2007, p. 262).

3.2 O A-HISTORICISMO

Nos casos em que os defensores da hegemonia do espanhol têm consciência de que, com efeito, as dinâmicas linguísticas não são inocentes, e que há razões históricas, políticas, económicas (mas nunca linguísticas) que as explicam, a tendência é desconsiderar os processos que levaram essa língua a ser dominante. Visto que a penetração do castelhano em certos territórios peninsulares produziu-se em boa parte como resultado de um projeto nacional planificado e executado com todos os instrumentos do Estado, e que, em muitos momentos da história, os falantes de outras línguas foram forçados a adotar o espanhol (e, com frequência, também pressionados para abandonar a deles), julgam mais prudente esquecer a história. Por vezes, qualificam de ressentimento nostálgico qualquer argumento histórico.

Um exemplo sutil disso é constituído por um manifesto aparecido na imprensa em 1997 intitulado “Documento sobre o uso das línguas oficiais na Catalunha”, conhecido como o primeiro manifesto do Foro Babel, um grupo de intelectuais catalães críticos das medidas de revitalização do catalão. Trata-se de crítica contra a política revitalizadora do governo regional catalão. Um dos primeiros pontos do manifesto, e um “pressuposto básico” dele, diz:

Presupuestos básicos
Cataluña constituye una comunidad de ciudadanos que, por razones históricas diversas, es socialmente bilingüe.

Toda a argumentação crítica posterior apoia-se nesse pressuposto do bilinguismo social, mas não há uma só menção a essas razões históricas que produziram esse “bilinguismo” (um bilinguismo que só se produziu nas zonas da Espanha não hispanofalantes, enquanto as hispanofalantes permaneceram monolíngues). A ideia é simples: vamos esquecer o que aconteceu até agora, de modo que a própria ideia de revitalização perde sentido, visto que revitalizar uma língua é

tentar restituir uma situação que foi violentada de alguma forma, o que, tomando conceitos da biologia, M. Carme Junyent chama “replantação”, e Albert Bastardas, “restauração ecológica” aplicada às línguas.

3.3 O NEGACIONISMO

Sendo, portanto, as argumentações históricas, com frequência, fundamentais no quadro discursivo que impulsiona a revitalização, outra linha argumentativa contrária a ela é negar a perseguição histórica do catalão (e do resto de variedades linguísticas distintas do castelhano).

Segundo Francesc Ferrer i Gironès, historiador e estudioso da repressão linguística, o discurso que tenta legitimar a imposição sobre o catalão (e o mesmo *corpus* ideológico aplica-se à imposição a outras línguas, ibéricas e americanas) baseia-se em três pressupostos (FERRER, 2007, p. 18):

- a) a língua catalã nunca foi proibida;
- b) o espanhol nunca foi imposto aos falantes de catalão;
- c) os catalães são bilingues desde a Idade Média.

A primeira linha ideológica e a segunda solapam-se, evidentemente. Segundo elas, o espanhol espalhou-se pelo próprio interesse dos falantes de outras línguas, e não pela imposição nem pela proibição (duas caras da mesma moeda). Por exemplo, na cerimônia de entrega do prêmio Cervantes, em abril de 2001, o próprio rei da Espanha, chefe do Estado espanhol, afirmou:

Nunca fue la nuestra lengua de imposición, sino de encuentro; a nadie se le obligó nunca a hablar en castellano: fueron los pueblos más diversos quienes hicieron suyo por voluntad libérrima, el idioma de Cervantes.

O rei falava sobretudo dos povos americanos. A mesma ideia, aplicada aos povos espanhóis, aparece por exemplo num artigo de 2017 no jornal *ABC* de Madri:

Al contrario de lo que afirman los nacionalistas, en esta región española el catalán no ha sido el único idioma y, desde luego, el castellano nunca fue introducido a la fuerza. Ambos idiomas, y otros, convivieron en Cataluña sin confrontación hasta el siglo XX (CERVERA, 2017).

No entanto, existe uma documentação abundantíssima sobre a vontade explícita de impor o castelhano em todos os territórios espanhóis e, particularmente, nos territórios catalanofalantes, o que contradiz essas afirmações. Só um par de exemplos curiosos, entre centenas disponíveis:⁴ o primeiro, uma das disposições legais da monarquia espanhola, de 1768, que tinha por título “Real Cedula de su magestad, a consulta de los señores del consejo, reduciendo el arancel de los derechos procesales á reales de vellón en toda la Corona de Aragón, y para que en todo el Reyno se actúe y enseñe en lengua Castellana, con otras cosas que expresa”; o segundo, a proibição de falar pelo telefone em catalão, disposição que foi introduzida logo no início do século XX, quando o novo sistema de comunicação chegou à Espanha. Todas as medidas repressoras ao catalão foram

⁴ Mais uma vez, uma fonte imprescindível é Ferrer i Gironès (1985).

agudizadas na ditadura de Francisco Franco, particularmente nos primeiros anos. Em 1937, por exemplo, um cidadão foi multado com uma quantidade na época muito alta:

El Excelentísimo Señor Gobernador Civil de esta Provincia, en uso de las atribuciones que lo están conferidas, ha tenido a bien imponerle la multa de DOSCIENTAS CINCUENTA PESETAS, por haber celebrado a las 14 horas del día 27 del actual una conferencia telefónica desde el hotel Europa en dialecto catalán.

Frente à evidência documental, o negacionismo sublinha a escassa efetividade dessas leis, que, com frequência, tiveram pouco impacto na fala popular, pelo menos de forma imediata, como se o fato de não terem conseguido sempre os objetivos diminuísse as intenções. Ou, então, propõem uma interpretação diversa de alguns desses documentos. Por exemplo, afirmam que as leis do século XVIII que impunham o castelhano na justiça e no ensino iam contra o latim, e não contra as outras línguas da Espanha.

Efectivamente, “en la legislación dieciochesca, la extensión del uso del castellano afectó más al latín que a los idiomas regionales”, dice el hispanista Rolf Eberenz. (LODARES, 2002, p. 94).

Por sua vez, a ideia de que o castelhano está presente nos territórios catalanofalantes desde a Idade Média, o que, portanto, tiraria alguma legitimidade à consideração “especial” do catalão por razões históricas e à sua revitalização, baseia-se em diversos indícios dessa presença em pequenas elites intelectuais. A partir do século XVI, o castelhano é uma língua de grande prestígio na Europa. As classes mais altas, e especialmente as ligadas a posições políticas ou de forte relacionamento com o poder, adotaram o castelhano (como também fizeram em Portugal). No entanto, a grande maioria da população não aceitou a ele. Dizer que o espanhol tem presença de séculos nos territórios catalanofalantes é como dizer que o inglês está presente no Brasil desde antes da independência só porque já alguns incontáveis conheciam essa língua. Ou julgar a penetração do inglês no Brasil pelas bibliotecas dos professores universitários e pela produção dos cientistas brasileiros nas revistas internacionais.

3.4 O VITIMISMO

Se o catalão nunca foi perseguido (negacionismo), e hoje, no território historicamente catalanofalante, a metade da população tem o castelhano como língua inicial, então a ideia de que a língua catalã deve recuperar todas as funções (e, portanto, ser pelo menos igual à espanhola) obriga a essa metade da população que não a tem como inicial a adotá-la. A revitalização do catalão exige a bilinguização dos hispanofalantes, o que, segundo alguns, é um abuso, uma opressão.

Aí a argumentação tem várias versões. A mais comum é afirmar que o processo de revitalização do catalão tem o mesmo caráter que a repressão da língua, particularmente durante a ditadura militar de Franco. Nesse sentido, é muito conhecido um titular do jornal *ABC* do ano 1993, no início das políticas de revitalização: “Igual que Franco, pero al revés: persecución del castellano en Cataluña”. O artigo é um exemplo claro de monolingüismo, isto é, da ideia de que no cérebro humano só há espaço para uma língua, de forma que, se os hispanofalantes forem obrigados a aprender catalão na escola, necessariamente vão perder o espanhol. Daí a afirmação de “perseguição”: promover o catalão é perseguir o espanhol. Uma língua que, segundo o artigo de

ABC, “se ha convertido en el segundo idioma del mundo, después del inglés”. O imperialismo linguístico não é habitualmente muito preciso e tende a exagerar o peso demográfico e político da língua que defende (fazem-no quase todas as grandes línguas). Nesse caso, *ABC* afirmava que “una nación de casi doscientos millones de habitantes como Brasil ha establecido como obligatoria la enseñanza del castellano”.

A crítica mais frequente do vitimismo é contra a escola da Catalunha pelo fato de o catalão ser legalmente a língua veicular do ensino (não é assim no resto de territórios catalanofalantes). O objetivo da lei é que todas as pessoas acabem a escolarização obrigatória com competência linguística plena em catalão e em espanhol. Levando em conta a omnipresença do espanhol na vida pública, meios de comunicação, cinema, ócio infantil e juvenil etc., e o fato de todos as pessoas monolíngues serem hispanofalantes (isto é, todos os catalanofalantes são também competentes em espanhol, mas não o contrário), o governo catalão inspirou-se no exemplo de Quebec e sua imersão linguística.

Que o catalão seja por lei a língua veicular do ensino obrigatório enfureceu setores contrários à revitalização, apesar de isso contar com um grande consenso social e político. Acusam a iniciativa de prejudicar as crianças hispanofalantes:

La introducción de la lengua autonómica como lengua vehicular de la enseñanza se traduce en la realidad en la escolarización de una parte importante del alumnado en una lengua que no es la suya, lo que equivale a añadir trabas suplementarias a una población, a menudo afectada ya por su condición social, con todos los riesgos que ello conlleva (HERRERAS, 2006, p. 350).

Não ficam claros os riscos, sobretudo porque esses riscos parecem desaparecer quando se trata da numerosa população originária de outros territórios linguísticos do mundo, que também é escolarizada em línguas que não são as suas, as quais, ademais, o professorado desconhece completamente (o que nunca acontece com a população hispanofalante, visto que todos os professores sem exceção dominam também essa língua).

Curiosamente, a política linguística de revitalização é acusada de impor o conhecimento do catalão a todas as crianças (seja qual for a língua inicial deles), o que é certo (como é certa a imposição do espanhol, e até certo ponto do inglês), e, ao mesmo tempo, de manter o desconhecimento do catalão como elemento discriminatório para com os falantes iniciais de castelhano:

Quizás el objetivo de esta política no sea la extensión del uso de la lengua catalana sino la coartada para mantener la población castellanohablante en la marginalidad política y social, y prolongar artificialmente su estatus de inmigrantes (SANTAMARÍA, 1999).

Isto é, por um lado, é um crime obrigar às crianças hispanofalantes a adquirir uma competência linguística que permita aceder aos empregos públicos etc. e, por outro, o que se pretende com os requisitos de conhecimento de catalão é discriminar os hispanofalantes monolíngues...

Nalguns casos, o vitimismo chega a exprimir opiniões algo exageradas:

Los promotores de algo tan elemental como la libre elección de en qué lengua educarse han tenido que sufrir más de lo humana y moralmente soportable. Y algunos han sido víctimas de una curiosa variante de terrorismo: el lingüístico (LODARES, 2000, p. 255).

O linguista Juan Ramón Lodares devia saber com toda certeza que não existe em lado nenhum a “livre eleição de em qual língua educar-se”: todos os estados estabelecem obrigações linguísticas e, no melhor dos casos, oferecem algumas alternativas – em geral, fora do horário escolar – para pessoas que quiserem receber instrução na própria língua quando não for, quer por razões históricas, quer por razões políticas, a dominante. Essas alternativas também são raramente oferecidas a minorias linguísticas do próprio estado.

O vitimismo extremo que chega a chamar de terrorismo o fato de as crianças receberem educação numa língua que não é a sua (neste caso, uma língua extremamente próxima) combina com o a-historicismo: nenhuma crítica ao fato de gerações e gerações de catalanofalantes terem sido alfabetizados exclusivamente em castelhano. Além disso, a comparação é bem injusta: em nenhum caso, é transmitida na escola a menor rejeição a essa língua, pelo contrário. Como se sabe desde os estudos de Lambert ou Cummins, mais do que a presença de línguas não iniciais no ensino, o que prejudica o desenvolvimento da criança é a estigmatização de sua forma de falar.

Seja como for, o que parecem temer alguns dos críticos da revitalização é o futuro do espanhol nos territórios catalanofalantes, o que é estranho, visto que, apesar de décadas de políticas linguísticas mais ou menos favoráveis, o catalão continua a retroceder, e os únicos monolíngues continuam a ser alguns hispanofalantes. Trata-se de um vitimismo que lembra o medo dos partidários do *English only*. O linguista Gregorio Salvador chega a temer que o apoio às línguas minorizadas vá provocar uma grande fragmentação linguística do mundo:

Va siendo hora de intentar averiguar quién está detrás de todo esto aquí y allá, en el Norte y en el Sur, en el Este y en el Oeste; quién mueve los hilos del desbarajuste lingüístico, del frenesí babelizador que se extiende por el mundo. Porque, si las cosas siguen por donde van, a la vuelta de un siglo o dos, para viajar al confin de cualquier idioma, es posible que baste con una bicicleta (SALVADOR, 1992, p. 57).

Surpreendente predição, feita no mesmo ano em que a revista *Language* publicava um número especial sobre línguas ameaçadas e lançava a famosa advertência de que, se as coisas continuassem do mesmo modo, o século XXI podia ver desaparecer entre 50% e 90% do acervo linguístico mundial (KRAUSS, 1992).

3.5 O INDIVIDUALISMO: DIREITOS INDIVIDUAIS E DIREITOS COLETIVOS

Visto que a combinação de políticas linguísticas destinadas a subordinar o catalão (com enorme sucesso em território de administração francesa e considerável nalgumas zonas de administração espanhola) com a imigração massiva hispanofalante fez do espanhol a língua dominante e inicial de uma parte importante da população, as reivindicações de revitalização do catalão baseiam-se, com frequência, numa concepção territorial da língua: considera-se legítimo legislar a favor dela naqueles territórios onde esteve historicamente implantada, embora hoje possa ser minoritária. Contra essa ideia, muitos críticos argumentam que quem tem direitos não são nem as línguas nem os territórios, mas as pessoas e só as pessoas. Essa ideia é central no chamado de *Segundo manifiesto del Foro Babel*, de 1998:

Ni la historia, ni la lengua, ni la cultura, ni la etnia, ni el territorio, pueden ser transformados en sujetos sociales, ya que limitarían la libertad de los ciudadanos y nos convertirían en objetos subordinados. Al contrario, los ciudadanos, únicos

soberanos, son los que han de decidir cuál debe ser la organización social, cultural y política que libremente escojan (FORO BABEL, 1998).

Trata-se da base ideológica para combater o princípio de territorialidade dos Estados multilíngues (no caso, a Espanha): o catalão não pode ser considerado um direito territorial, nem coletivo. Portanto, as pessoas que moram em territórios onde essa língua se fala historicamente não devem ter nenhuma obrigação a respeito.

Dez anos depois, no dia 23 de junho de 2008, aparece o *Manifiesto por la lengua común*, assinado também por vários intelectuais prestigiosos, alguns deles, como Mario Vargas Llosa, Fernando Savater, Arcadi Espada ou Félix de Azúa, já muito conhecidos pelas suas posições contrárias aos processos de revitalização linguística. Uma das ideias principais é justamente essa:

- 2) Son los ciudadanos quienes tienen derechos lingüísticos, no los territorios ni mucho menos las lenguas mismas.

Duas incoerências podem ser assinaladas nesse discurso. A primeira, já sublinhada, é que, desde essas mesmas vozes, nunca houve a reivindicação de respeitar os direitos linguísticos de falantes de outras línguas que moram em territórios hispanofalantes. Não só, por exemplo, dos milhões de pessoas sem nacionalidade espanhola (centenas de milhares de arabofalantes e amazigofalantes, por exemplo); mas tampouco dos cidadãos espanhóis com outras línguas iniciais, como os milhares de catalanofalantes que moram em Madri e que não têm nenhuma hipótese de educar os filhos em catalão, nem sequer com uma disciplina para estudar essa língua. Se os direitos são individuais e não territoriais, então, coerentemente, todo indivíduo, em qualquer lugar, deveria poder exercer os mesmos direitos.

A segunda incoerência é o fato de aceitarem como perfeitamente legítimo que certos direitos só sejam reconhecidos pela legislação aos cidadãos espanhóis, mas não aos estrangeiros, ou entender que, obviamente, qualquer pessoa está sujeita às leis do território onde se encontra e não pode tentar fazer valer seus direitos baseados numa legislação de outro território. Todos os Estados são, por definição, territoriais, e todos estabelecem direitos coletivos específicos para seus cidadãos, como bem assinala o professor Juan Carlos Moreno Cabrera, da Universidade Autônoma de Madri:

Pero, ¿solo las personas individuales tienen derechos y deberes? Que se sepa, existe una entidad política denominada España, con un territorio bien definido y en el que hay una lengua oficial denominada español. Esa entidad se define, entre otras cosas, mediante el derecho a usar esa lengua en todo el territorio del Estado y en todos los organismos oficiales. ¿No está asociada España a derechos lingüísticos y territoriales? ¿No ha ejercido en más de una ocasión España, a través de sus representantes, el derecho a que el español sea reconocido en la Unión Europea como lengua oficial que es de un estado miembro? (MORENO CABRERA, 2008b).

3.6 O RACIONALISMO INSTRUMENTALISTA: AS LÍNGUAS SÓ SÃO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

Essa linha baseia-se na metáfora da língua como instrumento, um quadro discursivo muito frequente. Afinal, não tem a menor importância de que cor seja um martelo ou os cravos, desde que façam o trabalho. A língua seria apenas uma ferramenta de comunicação e mais nada:

En el fondo, una lengua no es más que la necesidad de entenderse. Por esa necesidad cambian las lenguas, se hacen grandes unas, se hacen pequeñas otras, nacen unas, desaparecen otras... y no pasa nada (LODARES, 2000, p. 265).

Obviamente, no excerto do linguista Juan Ramón Lodares, juntam-se vários eixos ideológicos já mencionados: pelo menos, o naturalismo sociolinguístico, o a-historicismo e o instrumentalismo. A mesma ideia é expressada na citação seguinte, neste caso, de um jornalista:

En efecto, algo hay que hablar. Y da lo mismo lo que concretamente se hable. De ahí que la proliferación de lenguas atente contra la función del lenguaje, que es posibilitar la comunicación humana. Y de ahí que sea obligación moral de los hombres trabajar para que el número de lenguas disminuya y abstenerse de someter ninguna de ellas a carísimos tratamientos en la sala de reanimación artificial (ESPADA, 2015).

Espada lamenta os orçamentos destinados à revitalização de línguas minorizadas, mas não diz nada dos muito mais importantes orçamentos que, ao longo da história, foram destinados a minorizar essas línguas em favor de uma língua colonial que inicialmente era absolutamente minoritária. Além disso, mais uma vez, existe uma clara incoerência entre a ideia instrumentalista das línguas e a defesa da própria língua relativamente a outras. O autor, que em 2015 considerava que “tanto faz o que concretamente se fale”, em 2008, foi assinante do *Manifiesto por una lengua común*, em que se afirma:

5. Los representantes políticos, tanto de la administración central como de las autonómicas, utilizarán habitualmente en sus funciones institucionales de alcance estatal la lengua castellana lo mismo dentro de España que en el extranjero, salvo en determinadas ocasiones características.

O ponto quinto do manifesto, pois, propõe a obrigação de usar o castelhano, também no estrangeiro. Se a única função de uma língua é a comunicação, e, no estrangeiro, é muito provável que o espanhol não seja compreendido, por que usá-lo? Será que tem um valor simbólico? Talvez identitário?

3.7 A HIERARQUIZAÇÃO: HÁ LÍNGUAS SUPERIORES A OUTRAS

O linguista Gregorio Salvador afirmava em 1992 o seguinte:

Quizás sea este el momento de decir que no todas las lenguas son iguales. Porque se ha extendido últimamente la opinión de que sí lo son, se ha generalizado el dogma del igualitarismo lingüístico (SALVADOR, 1992, p. 38).

Em que sentido, segundo Salvador, as línguas são desiguais? O catedrático e acadêmico da Real Academia Espanhola achava o seguinte:

[...] si, como instrumentos de comunicación, el valor de las lenguas, su utilidad, se puede medir por el número de hablantes, como vehículos culturales se miden por el número y la calidad de sus libros, por su acervo histórico y literario. No es tan sólo mi lengua esto que estoy hablando yo ahora, sino todo lo que en ella se ha hablado y, especialmente, todo lo que en ella se ha escrito y permanece.

Eso es lo que hace posible que yo pueda dirigirme a ustedes con cierta eficacia, que el instrumento esté afinado y ya lo demás dependa tan sólo de la mayor o menor habilidad del concertista (SALVADOR, 1992, p. 38-39).

Isto é, determinadas comunidades desenvolveram uma língua mais “afinada”, melhor que outras, de forma que ela é mais apta, e essa “afinação” permanece, contagia a língua em si e, portanto, todos os que a falam. É curioso o grafocentrismo do texto, como também a extrema reificação das línguas.

A hierarquização das línguas em função de vários critérios é bem tradicional. Trata-se de uma ideia profundamente enraizada, que se exprime de diversas formas: usos altos e baixos, línguas de cultura ou não, línguas modernas e línguas rústicas... Vejamos alguns exemplos entre os monolinguistas castelhanistas. O primeiro divide as línguas entre “rústicas” e “clássicas”, neste caso, para falar do galego:

[...] porque una cosa es cultivar las lenguas del terruño y otra decir que son la lengua del Paraíso Terrenal, o comparar la lengua que andaba en boca de aldeanos con el hebreo bíblico o el griego clásico (LODARES, 2000, p. 194).

Mais comum ainda é situar as línguas na dicotomia “modernas” versus “arcaicas”, de modo que só algumas estariam preparadas para a vida atual, enquanto outras teriam ficado atrasadas:

Pidal sempre que pode non perde ocasión para indicar que o español era a lingua que adoptan espontaneamente os falantes de toda España porque, como di en *La lengua de Cristobal Colón*, o español é unha lingua moderna por excelencia — por iso a aprende Colón e non o portugués (RODRÍGUEZ ALONSO, 2004, p. 18).

Por vezes, combinam-se os estigmas: língua rural, arcaica, provinciana, conservadora, fechada *versus* língua urbana, moderna, cosmopolita, progressista, aberta:

Los partidarios de la lengua común, generalmente, llegaron a ella por su convencimiento de la necesidad de universalizar la educación y fomentar las comunicaciones para avanzar en el desarrollo humano. En el fondo es la vieja pugna entre conservadurismo y progreso, entre aldeanismo y universalismo, entre la cerrazón de limitar el mundo a lo que se ve desde el campanario del pueblo y la vocación de ampliar esos horizontes mediante el aprendizaje y el contacto humano (LOZANO, 2005, p. 111-112).

Nesse sentido, com frequência, também se relaciona a promoção das línguas minorizadas com as forças mais conservadoras da sociedade, particularmente a igreja. A ideia é que a igreja, tanto na América como nalgumas zonas da Península Ibérica, defendeu o uso das línguas locais para evitar que seus habitantes fossem ilustrados pela língua moderna e assim manter a influência sobre eles. Preservar as línguas distintas do castelhano seria uma forma de manter as populações na ignorância e no analfabetismo, para continuar a controlá-las. Outra versão diz respeito ao eixo direita-esquerda (o espanholismo linguístico não é em absoluto exclusivo da direita, embora habitualmente tenha nesse espectro ideológico seus defensores mais desinibidos). As reivindicações linguísticas das minorias do Estado estariam relacionadas com interesses econômicos da burguesia para fechar seus mercados cativos. Uma parte da esquerda — aquela que reconhece o direito

à preservação das línguas e das culturas não estatais – deixar-se-ia confundir pelo fato de essas línguas serem perseguidas:

[...] para la izquierda pudo más la condición de perseguidas de las lenguas minoritarias que el origen capitalista y burgués de las reivindicaciones nacionalistas, o la vinculación histórica de la ultraderecha catalana y la Iglesia con la defensa de las lenguas vernáculas (LOZANO, 2005, p. 133).

Naturalmente, a hierarquização e a relação de certas línguas com o atraso ou a injustiça, frente a outras relacionadas com a modernidade ou o progresso, justificam a substituição e a liquidação, como dizia o abade Grégoire: mesmo que isso possa causar algum sofrimento, os benefícios para a própria população afetada serão muito maiores.

4 CONCLUSÃO E ALTERNATIVAS

Todas essas linhas discursivas podem ser sintetizadas em duas grandes ideias que, na minha opinião, dominam hoje, apesar dos esforços de linguistas, antropólogos, ativistas culturais, linguoecólogos e linguoecologistas: a pervivência do mito babélico, isto é, a ideia de que a diversidade linguística é um problema; e a coincidência entre fronteira política e fronteira mental.

4.1 A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA COMO PROBLEMA

Já vimos algum exemplo da diversofobia nas seções anteriores, normalmente fundamentada no instrumentalismo e/ou no supremacismo linguístico. Com frequência, a diversidade em qualquer campo tem sido tratada – especialmente pelo poder (que costuma ver nela uma ameaça) mas também pelas sociedades – como um perigo, um desvio malévolos, um sintoma da vontade de destruir e não como uma característica inerente aos sistemas naturais. Infelizmente, nesse sentido, o pensamento ecológico tem ainda muito trabalho por fazer. Vejamos só mais dois exemplos da tradicional ideia de que um mundo com uma só língua seria muito melhor:

Conviene recordar la maldición bíblica de la Torre de Babel: hablar diferentes lenguas es una maldición. No une a los hombres, los separa. Que haya muchas lenguas no es un enriquecimiento, sino un empobrecimiento. En Papúa-Nueva Guinea se habla una lengua diferente en cada pueblo y no se comunican, lo que da lugar a luchas constantes. Se estima que en el Mundo se hablan unos 7.000 idiomas diferentes. Una auténtica maldición. Así que ese es otro engaño, el que existan muchos idiomas es empobrecedor y no enriquecedor como se nos dice (FERNÁNDEZ SOUSA, 2017).

O autor do texto atribui à falta de comunicação a suposta violência na Nova Guiné. Existe mais violência em espaços multilíngues do que em espaços monolíngues? Não se aporta nenhum estudo, nenhum indício empírico: é “senso comum”. Visto que as pessoas não se comunicam, necessariamente têm que colidir. Nada se diz sobre o fato de, nos espaços de grande diversidade linguística, ser muito normal que uma pessoa possa se comunicar em várias línguas. Enfim, uma série de preconceitos sem qualquer aporte documental. Mais uma citação:

La riqueza plurilingüe no es ventajosa ni gratuita. Por eso algunos países se la ahorran. Gastan en otros bienes y no les va mal: de los siete países más ricos

del mundo, seis son monolingües. Mientras tanto, Etiópia tiene ciento veinte lenguas... y una renta per cápita paupérrima (LODARES, 2000, p. 76).

Nesse caso, o autor comete um abuso teórico muito habitual: fazer passar por causalidade uma correlação. Existem países muito pobres e com muitas línguas, e também países muito ricos e com poucas línguas. Portanto, a causa da pobreza é o excesso de línguas. Lodares vem a dizer que esse excesso de línguas tem um reflexo nos orçamentos públicos, e que, por isso, os países monolíngues podem usá-lo para melhorar a economia, o que é obviamente falso. Também não especifica quais são esses sete países mais ricos monolíngues. Essa lista inclui Luxemburgo ou Singapura? Da mesma forma que considera a riqueza como uma dimensão absoluta, supostamente em termos de PIB ou talvez de renda *per capita*. Será que ser cidadão norte-americano ou australiano, por exemplo, países que já sacrificaram boa parte do seu acervo linguístico histórico, garante um bem-estar mínimo?

À margem das inconsistências da argumentação, porém, o maior problema do mito de Babel é que é incompatível com a natureza da linguagem humana. As línguas mudam e, portanto, a diversidade é uma das suas características inerentes. Pode ser diminuída, combatida com certo sucesso (e muito esforço e investimento), mas o sonho de uma única língua mundial homogênea e estável é não só um pesadelo totalitário, como também uma impossibilidade.

4.2 A FRONTEIRA POLÍTICA É A PRINCIPAL FRONTEIRA MENTAL

Apesar de que a maior parte das fronteiras políticas do mundo são fundamentalmente arbitrárias e mudam com frequência, habitualmente são tratadas como um referente estável, um ponto de referência sólido e significativo. O próprio conceito de “língua minoritária” diz respeito não ao entorno em que se fala (onde, com frequência, é claramente majoritária), mas em relação ao território de um Estado.

A coincidência da fronteira política e a fronteira mental é fundamental na ideologia de “um Estado, uma língua”. Até o estatuto de língua é muitas vezes negado às variedades que não contam com o apoio e a legitimação de um Estado: são “dialetos”. No mundo, existem milhares de variedades linguísticas, mas só aquelas que conseguiram ser reconhecidas por um Estado nacional têm direito a preencher todas as funções sociais. O resto, no melhor dos casos, fica restrito a determinados âmbitos. As fronteiras políticas é que constituem os limites objetivos dos direitos linguísticos, pelo que toda cultura que pretenda sobreviver como tal deverá ter um Estado próprio.

Uns anos atrás, uma pesquisa entre estudantes castelhanos e galegos sobre ideologias linguísticas revelaram, com efeito, que a esperança de uma ordem linguística mundial alternativa aos Estados é difícil. Entre os estudantes de Salamanca que responderam ao questionário, só 12% acharam que a diversidade linguística no interior de um Estado é normal; 78% também opinaram que, em qualquer caso, o espanhol na Espanha deve sobrepor-se a demais línguas. Sobre o catalão em particular, 52% achariam melhor que não existisse (BELLVER, 2005).

O nacionalismo de Estado (já foi chamado de nacionalismo banal, por ser transparente, inapercebido, “natural”) oculta quase sempre que a estrutura estatal não é um aparelho neutro, à margem dos interesses setoriais e a serviço de todos os cidadãos. Entre os interesses ocultados está sua frequente base étnica:

La manipulación del grupo dominante consiste en presentar como no étnicos los intereses de ese grupo y asignar el sambenito de étnico a los intereses de los grupos dominados y minoritarios (MORENO CABRERA, 2008a, p. 143).

As reivindicações linguísticas catalãs são sistematicamente qualificadas pelos seus críticos de “nacionalistas”, enquanto que a atual hegemonia do espanhol em espaços onde há apenas um século praticamente não tinha presença quotidiana passa por ser “natural”, visto que Espanha é um país. Tenho a convicção de que essa ideia é maioritária não só entre os hispanofalantes, mas no mundo inteiro. Na Espanha, espanhol; na Rússia, russo. E sim, talvez existam outras línguas, mas, evidentemente, é “natural” que toda a população desses países use a “língua nacional” (para um suíço, essa lógica não existe). Infelizmente, essa mentalidade condena as culturas e línguas com desejo de preservação a tentar construir um Estado próprio ou a desaparecer.

4.3 UMA ALTERNATIVA ECOLINGÜÍSTICA: CONVIVER SEM RENUNCIAR À DIVERSIDADE

A perspectiva ecolinguística deveria deixar atrás essas duas ideias. Uma visão ecológica da linguística, evidentemente, valoriza a diversidade e não pode fixar os limites do seu interesse nas fronteiras estatais, visto que as dinâmicas linguísticas e as políticas seguem rumos consideravelmente distintos (não por acaso é praticamente impossível encontrar um país realmente monolíngue). Uma alternativa ecolinguística deve, portanto, visar à preservação e promover o respeito por todas as variedades, seja qual for sua demografia. As políticas linguísticas dos Estados são, geralmente, linguicidas; no melhor dos casos, condescendentes com uma diversidade que olham sempre de soslaio, como se fosse uma ameaça. Gostaria de terminar esta reflexão com duas citações da linguista catalã Maria Carme Junyent:

Allò que és remarcable d'aquestes societats multilingües i que, de fet, és un model que s'ha de revitalitzar i incorporar a la planificació de la diversitat és que el multilingüisme no implica substitució lingüística, com passa tan freqüentment em els casos de bilingüisme social. En aquest sentit, cal recordar que les comunitats lingüístiques subordinades que històricament han aconseguit preservar les seves llengües han estat aquelles caracteritzades o bé pel monolingüisme — i el consegüent aïllament — o bé pel multilingüisme (JUNYENT, 1998, p. 175).

O multilinguismo social não tem que ser necessariamente conflitivo porque “la diferència per si sola no és mai font de conflicte; sí que ho és, però, que la diferència no sigui respectada” (JUNYENT, 1998, p. 110).

REFERÊNCIAS

- BELLVER PALOU, C. Pluralitat lingüística i llengua catalana. *Llengua i Ús: Revista Técnica de Política Lingüística*, n. 32, p. 49-57, 2005.
- CERVERA, C. La falacia nacionalista de que el castellano fue impuesto a la fuerza en Cataluña. 2017. *ABC*, 27 septiembre 2017. Disponível em: https://www.abc.es/historia/abci-falacia-nacionalista-castellano-impuesto-fuerza-cataluna-201709270118_noticia.html. Acesso em: 27 sept. 2017.
- ESPADA, A. «Algo hay que hablar». *El Mundo*, Madri, 1 mayo 2015.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FERNÁNDEZ SOUSA, J. M. El engaño. *ABC*, 25 octubre 2017.

- FERRER I GIRONÈS, F. *La persecució política de la llengua catalana: història de les mesures preses contra el seu ús des de la Nova Planta fins avui*. Barcelona: Edicions 62, 1985.
- FERRER I GIRONÈS, F. La repressió de la llengua catalana. *Serra d'Or*, núm. 515, p. 18-21, 2002.
- FISHMAN, J. A. *Reversing language shift*. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- FORO BABEL. Documento sobre el uso de las lenguas oficiales en Cataluña: primer manifiesto del Foro Babel, 1997. Disponible em: <http://www.tolerancia.org/upimages/Manifiestos/maniForoBabel1.htm>. Acceso em: 16 nov. 2018.
- FORO BABEL. Por un nuevo modelo de Cataluña: segundo manifiesto del Foro Babel. junio 1998. Disponible em: <http://www.tolerancia.org/upimages/Manifiestos/maniForoBabel2.htm>. Acceso em: 16 nov. 2018.
- HERRERAS, J. C. *Lenguas y normalización en España*. Madrid: Gredos, 2006.
- JUARROS-DAUSSÀ, E.; LANZ, T. Re-thinking balanced bilingualism: the impact of globalization in Catalonia. *Language problems & Language Planning*, v. 33, n. 1, p. 1-21, 2009.
- JUNYENT, M. C. *Contra la planificació: una proposta ecolingüística*. Barcelona: Empúries, 1998.
- KRAUSS, M. The world's languages in crisis. *Language*, v. 68, n. 1, p. 4-10, 1992.
- LODARES, J. R. *El paraíso políglota: historias de lenguas en la España moderna contadas sin prejuicios*. Madrid: Taurus, 2000.
- LODARES, J. R. *Lengua y patria: sobre el nacionalismo lingüístico en España*. Madrid: Taurus, 2002.
- LOZANO, I. *Lenguas en guerra*. Madrid: Espasa Calpe, 2005.
- MOLLÀ, A. No catalanoparlants d'origen que trien el català per comunicar-se amb els seus fills. *Revista de Llengua i Dret*, núm. 46, p. 393-405, 2006.
- MORENO CABRERA, J. C. *El nacionalismo lingüístico: una ideología destructiva*. Barcelona: Península, 2008a.
- MORENO CABRERA, J. C. Un manifiesto nacionalista. *Público*, 4 jul. 2008b.
- NEBRIJA, A. de. *Grammatica Antonii Nebrissensis* [...]. Salamanca: [s.n.], 1492. Disponible em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000174208&page=1>. Acceso em: 5 nov. 2018.
- PERICAY, X. Conclusiones. In: PERICAY, X. (org.). *¿Libertad o coacción?: políticas lingüísticas y nacionalismos en España*. Madrid: FAES, 2007.
- RODRÍGUEZ ALONSO, M. *O españolismo lingüístico*. A Coruña: Espiral Maior, 2004.
- SALVADOR, G. *Política lingüística y sentido común*. Madrid: Istmo, 1992.
- SANTAMARÍA, A. Los jóvenes y el catalán. *Diari de Sabadell*, 7 octubre 1999.
- STRUBELL, M. Catalan a decade later. In: J. A. FISHMAN (org.). *Can threatened languages be saved? Reversing language shift revisited*. Clevedon: Multilingual Matters, 2001. p. 260-283.
- WOOLARD, K. *Singular and plural: ideologies of linguistic authority in 21st century Catalonia*. New York: Oxford University Press, 2016.